PLANO DE GOVERNO
2015-2018

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

1. Ampla reforma administrativa - diminuindo o tamanho da máquina pública e, como consequência, diminuindo o custeio e ampliando a capacidade de investimento, que será aplicado em escolas, hospitais, segurança pública, estradas, pontes, espaços e equipamentos de esporte e lazer, cultura ;
2. Descentralização política – levando o Estado para mais próximo do cidadão, principalmente o que encontra-se no interior do estado do Pará, historicamente esquecido e somente lembrando em vésperas do processo eleitoral;
3. Moralização no trato da coisa pública e combate a corrupção – ampliando os mecanismos de controle interno, compliance, accoutability, transparência e controle social;
4. Descentralização dos investimentos – levando projetos (escolas, hospitais, por exemplo), recursos e obras estruturantes para as regiões menos desenvolvidas do estado;
5. Elaboração de um projeto estratégico de desenvolvimento para o estado do Pará – capaz de pensar o estado no médio e longo prazo, pensando ações estruturantes capazes de promover a ampliação dos investimentos, da geração de emprego e renda, e a mudança de nosso modelo econômico;
6. Combate às desigualdades federativas – buscando um trato mais respeitoso da esfera federal, ampliando o repasse de recursos para o orçamento do estado, principalmente por maio da luta contra a Lei Kandir e ampliação dos recursos do FPE;
7. Apoio ao desenvolvimento dos municípios por meio de uma política para o fortalecimento de consórcios públicos – ampliando desta forma a capacidade de promoção de políticas públicas;
8. Implantação de agências de desenvolvimento regional – com o objetivo de apoiar o setor produtivo, funcionando como suporte à captação de recursos e ações de investimento;
9. Realização de projetos estruturantes de infraestrutura – com o objetivo de melhorar o sistema logístico do estado, ampliando os investimentos e a geração de emprego e renda;

10. Implantação do “Projeto Belém 400 Anos” – criando uma secretaria especial temporária para pensar projetos estratégicos para a capital do estado envolvendo mobilidade urbana, segurança pública, saneamento básico e redução da informalidade do mercado de trabalho.

11. Política de valorização do servidor público e das instituições públicas baseada no mérito – servidores efetivos, experientes, comprometidos com o desenvolvimento do estado e o aperfeiçoamento das instituições públicas. Esse corpo técnico é que será a linha de frente do governo e dos órgãos. Substituição dos servidores temporários pelos concursados.

12. Resgate da valorização das polícias e dos órgãos de segurança pública em geral. Resgate do moral elevado da força policial, do reconhecimento, do apoio irrestrito às forças de segurança pelo governador, que é o responsável pelas decisões cruciais dos órgãos de segurança.